

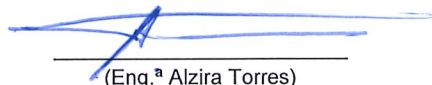
9. ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS URBANÍSTICAS E ARQUITETÓNICAS EM MONTÉLIOS, ENVOLVENTE DA TORRE EUROPA, ENVOLVENTE DA MAKRO E QUINTA DA FONTE – LOTE 2 – TORRE EUROPA:

Da **DMOSM**, submetendo para aprovação do Executivo Municipal a Minuta do Contrato, referente ao Aditamento nº 3, ao contrato Nº CPE.6.18.DMOSM - 2, modificação objetiva do contrato: Autorização para execução de trabalhos complementares/Aprovação de supressão de trabalhos, nos termos da informação técnica que vai em anexo.

DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL:

Remeta-se ao Sr. Presidente.

A Diretora da DMOSM,



(Eng.ª Alzira Torres)

2020/08/18

Despacho:



O Presidente,



(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

20/08/18

Órgão competente: Câmara Municipal

Empreitada: “ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS URBANÍSTICAS E ARQUITETÓNICAS EM MONTÉLIOS, ENVOLVENTE DA TORRE EUROPA, ENVOLVENTE DA MAKRO E QUINTA DA FONTE – **LOTE 2 – TORRE EUROPA**”

Assunto: Modificação objetiva do contrato: Autorização para execução de trabalhos complementares / Aprovação de supressão de trabalhos / Aprovação da Minuta Aditamento n.º 3 ao CONTRATO N.º CPE.6.18.DMOSM - 2

Propõe-se a **autorização**, pela Câmara Municipal, para a execução dos **trabalhos complementares – adicional 3**, no valor global de **21.310,10€ + IVA** e a **aprovação da supressão de trabalhos** no valor de **6.791,34€ + IVA**, conforme documentos anexos.

Com vista à celebração do contrato escrito, propõe-se a aprovação da **minuta do Aditamento n.º 3 ao Contrato de Empreitada n.º CPE.6.18.DMOSM - 2**, em anexo.

18 de agosto de 2020

A Gestora do Contrato,

Anexo: Informação técnica; Parecer fiscalização; Minuta do Aditamento n.º 1; cabimento e compromisso

Afuti

CPE.6.18.DMOSM – “ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS URBANÍSTICAS E ARQUITETÓNICAS EM MONTÉLIOS, ENVOLVENTE DA TORRE EUROPA, ENVOLVENTE DA MAKRO E QUINTA DA FONTE – **LOTE 2 – TORRE EUROPA**”

MODIFICAÇÃO OBJETIVA DO CONTRATO DA EMPREITADA

3º adicional ao contrato da empreitada

I. ENQUADRAMENTO

Por deliberação da Câmara Municipal de Braga, de 16 de abril de 2018, o dono da obra, na qualidade de entidade adjudicante, promoveu o procedimento por Concurso Público: CPE.6.18.DMOSM, para a contratação de empreitadas de obras públicas por lotes - 4 LOTES -, tendo por objeto a “ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS URBANÍSTICAS E ARQUITETÓNICAS EM MONTÉLIOS, ENVOLVENTE DA TORRE EUROPA, ENVOLVENTE DA MAKRO E QUINTA DA FONTE”, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 19.º conjugado com o artigo 46.º-A, ambos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as respetivas alterações e republicações em vigor.

A empreitada correspondente ao **LOTE 2 – TORRE EUROPA**, foi adjudicada por deliberação da Câmara Municipal de Braga, de 26/11/2018 e de 21/12/2018, à empresa **ALEXANDRE BARBOSA BORGES S.A.**, pelo valor **507.175,31€ (quinhentos e sete mil, cento e setenta e cinco euros e trinta e um cêntimos)**, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.

O contrato de empreitada foi celebrado em 29/07/2019.

Prazo de execução: 240 dias.

Data da consignação: 23/09/2019.

Prorrogações prazo: 27 +80 = 107 dias

Data prevista conclusão obra: 04/09/2020

II. TRABALHOS COMPLEMENTARES

II.1 RESULTANTES DE CIRCUNSTÂNCIAS IMPREVISÍVEIS

Como resultado de circunstâncias imprevisíveis, apesar da diligência com que todos os envolvidos em obra têm atuado, surgem trabalhos que não eram possíveis prever, cuja espécie ou quantidade não está prevista no contrato, mas que não podem ser técnica ou economicamente separáveis do objeto do contrato sem inconvenientes graves para o dono da obra, enquadráveis no n.º 4 do artigo 370º do CCP.

✓ **Rampa de acesso a prédio na Praça do Bocage – reformulação do projeto**

A rampa preconizada em projeto, está implantada numa área ajardinada, com árvores e arbustos, sendo que na preparação dos trabalhos preliminares da rampa, foi verificada a existência de várias infraestruturas enterradas (rede elétrica, rede de abastecimento de água, rede de telecomunicações e rede de gás) que interferem com a solução projetada. Foi realizada uma reunião no local, com as entidades gestoras daquelas infraestruturas, tendo-se concluído que algumas delas podem ser relocadas, enquanto que outras devido à densidade populacional que servem e que ficariam sem o serviço por vários dias, terão de ser mantidas. Assim, foi solicitado aos projetistas a reformulação do projeto da rampa, adaptado à situação e condicionantes existentes, cuja lista de quantidades foi orçamentada e negociada com o empreiteiro, resultando no orçamento anexo ao parecer da fiscalização externa, composto por preços do contrato e preços novos.

✓ **Adaptação de câmaras de visita existentes**

Durante a execução da obra deparamo-nos com mais quantidade do que a prevista de caixas de visita cujas alterações geométricas se tornam necessárias devido às condições de ligação existentes. Irá ser também necessário adaptar algumas caixas, em termos de cotas, dado que têm uma laje em betão que impede a aplicação do revestimento previsto em projeto – pavê, devido à espessura do mesmo, circunstância esta que não era possível prever em projeto dado que os passeios existentes estavam revestidos.

O orçamento para estes trabalhos complementares, foi elaborado com os preços contratuais existentes para este tipo de trabalho, conforme parecer da fiscalização externa.

✓ **Abate de Árvores**

Apesar de se tentar evitar o abate de mais árvores, constata-se que, devido à implementação do projeto será necessário cortar parcialmente as raízes de algumas das que se pretendiam manter. Este corte iria colocar em causa a estabilidade das árvores, algumas já com sinais de fragilidade, pelo que será inevitavelmente necessário proceder ao seu abate, por forma a garantir a segurança dos utilizadores. Tendo em conta que, caso não se faça este trabalho nesta empreitada, o dono de obra será prejudicado financeiramente, dado que a posteriori terá de pagar o abate das árvores, reparar os passeios danificados por conta desse abate ou, em caso de queda de alguma dessas árvores, possíveis responsabilidades por danos humanos e materiais a terceiros, considera-se que esta intervenção não pode ser técnica ou economicamente separável do objeto do contrato sem inconvenientes graves para o dono da obra, enquadráveis no n.º 4 do artigo 370º do CCP.

Posto isto, foi acordado com a Entidade Executante manter o preço apresentado no contrato adicional 1, para este tipo de trabalho, conforme orçamento anexo ao parecer da fiscalização externa.



✓ Postes de iluminação

No decorrer dos trabalhos de realocização de colunas/postes de iluminação pública, constatou-se que 2 das colunas a realocar se encontram muito degradadas, com elevada corrosão na parte enterrada, situação que não era possível prever, inviabilizando a sua mudança de local, sob pena das mesmas partirem e colocarem em causa a segurança de todos os utilizadores.

Por se considerar este trabalho não pode ser técnica ou economicamente separável do objeto do contrato sem inconvenientes graves para o dono da obra, enquadrável no n.º 4 do artigo 370º do CCP, foi solicitado orçamento para o fornecimento e colocação de 2 colunas/postes novos, do tipo P2, para substituírem as referidas anteriormente que serão carregadas e transportadas a vazadouro licenciado.

Para a execução destes trabalhos, a entidade executante apresentou os orçamentos anexos, no valor de 21.310,10€, correspondente a 4,20% do valor contratual, enquadrável no limite dos 40% definido na alínea b) do n.º 4 do artigo 370º do referido diploma legal.

O preço destes trabalhos somado com o dos anteriores trabalhos complementares igualmente decorrentes de circunstâncias imprevisíveis, devidamente aprovados e autorizados no adicional n.º 1 ao contrato, perfazem o valor de 23.920,10€, não excedendo portanto 40% do preço contratual conforme definido na alínea b) do n.º 4 do artigo 370º do referido diploma legal.

Preço contratual	Artigo 370º - n.º4 (40% valor contratual)	Adicional n.º1	Adicional n.º 2	Adicional n.º 3	Acumulado trabalhos complementares imprevisíveis
507.175,31€	202.870,12€	2.610,00 €	0,00€	21.310,10€	23.910,10€ ≤ 202.870,12€

Nestes termos, o valor dos trabalhos complementares, a ser objeto deste 3º contrato adicional é de 21.310.10€ + IVA, não excedendo o somatório destes com o preço contratual, o limite previsto para o procedimento de Concurso Público, definido na alínea b) do artigo 19º do CCP, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 370º do mesmo diploma legal.

III. SUPRESSÃO DE TRABALHOS

Considerando as alterações propostas e a impossibilidade de cumprimento do projeto, de acordo com os documentos que se anexam, pretende-se nos termos do artigo 379º do CCP, emitir ordem de supressão de alguns trabalhos que constam do parecer da fiscalização em anexo, no montante total de 6.791,34€. que correspondem a 1,34% do valor contratual da empreitada, sem prejuízo do disposto no artigo 381º do mesmo diploma legal.

Seguindo a orientação do artigo 381º do CCP, quando por virtude da ordem de supressão de trabalhos ou de outros atos ou factos imputáveis ao dono da obra, os trabalhos executados pelo empreiteiro tenham um valor inferior em mais de 20% ao preço contratual, este tem direito a uma indemnização correspondente a 10% do valor da diferença verificada.



O valor destes trabalhos a menos somado com o de anteriores trabalhos a menos correspondem a **2,88%** do valor contratual da empreitada, não havendo, portanto, direito de indemnização à entidade executante.

Preço contratual	Artigo.381 - n.º1 (20% <i>valor contratual</i>)	Adicional n.º1	Adicional n.º 2	Adicional n.º 3	Acumulado supressão trabalhos
507.175,31€	101.435,06 €	0,00 €	7 803,85 €	6 791,34 €	14 595,19 € ≤ 101.435,06 €

Na tabela seguinte apresenta-se um resumo das modificações objetivas deste contrato(MOC):

MOC	Trabalhos complementares	Total trabalhos a menos
Artigo 370-n.º2	50 086,12 € (9,88%)	
Artigo 370º-n.º4	23 920,10 € (4,71%)	
Artigo 381º-n.º1		14 595,19 € (2,88%)
TOTAIS	74.006,22 € (14,59%)	14 595,19 € (2,88%)

IV - PROPOSTA

Nestes termos propõe-se a **autorização**, pela Câmara Municipal, para a execução dos trabalhos complementares, no valor global de **21.310.10€+ IVA** e a **aprovação da supressão de trabalhos** no valor **6 791,34€+ IVA**.

Em conformidade com as alíneas a) e b) do nº 1 do artigo 373º, o prazo para a execução destes trabalhos é de 15 dias, que conforme o nº 2 do artigo 374º, não prejudicam o normal desenvolvimento do plano de trabalhos aprovado, que prevê a conclusão da obra para 04-09-2020, pelo que não haverá lugar a prorrogação do prazo.

Com vista à autorização destes trabalhos, deve proceder-se ao registo do **cabimento prévio e respetivo compromisso**, relativo ao encargo total de **21.310.10€** acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

De acordo com o artigo 94º do CCP, é exigido que este contrato adicional seja reduzido a escrito, pelo que deverá ser solicitada a elaboração da minuta do mesmo.

Braga, 12 de Agosto de 2020

Divisão de Fiscalização de Empreitadas

A gestora do contrato,